

## **EVOLUÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA: SUA ESTRUTURA JURÍDICA E O REBATIMENTO NA SUA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL**

Fabiano Gonçalves Meneses  
Estudante de Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
e-mail: [fabianomeneses12@gmail.com](mailto:fabianomeneses12@gmail.com)

Alarcon Matos de Olivera  
Estudante de Doutorado pela Universidade de São Paulo (USP)  
e-mail: [alarconmatos@gmail.com](mailto:alarconmatos@gmail.com)

Rosangela Leal Santos  
Professora adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
e-mail: [rosangela.leal@gmail.com](mailto:rosangela.leal@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar as mudanças ocorridas no município de Feira de Santana, cuja sede, localizada numa região estratégica, teve um rápido crescimento, seguindo critérios de planejamento fortemente influenciados pelas políticas públicas. Esse município agregou, desde a sua criação em 1832, um número muito maior de distritos, abrangendo uma extensa área territorial muito maior que a atual. Entretanto, no decorrer do século XX, sofreu constantes desmembramentos, com a emancipação de vários distritos, transformados eles mesmos em novos municípios. Por conta disso o tamanho do município foi sendo pouco a pouco reduzido, diminuindo assim sua influência e extensão espacial. Este trabalho busca acompanhar todo o processo político-jurídico da evolução territorial do município de Feira de Santana, além do redesenho de suas fronteiras, buscando analisar na transversalidade, o momento histórico de suas respectivas conjunturas política, social e econômica bem como seu rebatimento sobre a evolução e crescimento da cidade e da população, e de sua área de influência que acabou por transformar Feira de Santana no maior centro regional do Estado da Bahia. Foram analisadas as leis e resoluções nas diferentes esferas (estadual e federal) que influenciaram este contexto ao longo do século XX. Considera-se impossível compreender a formação e configuração deste município fora de suas ligações em escalas mais amplas, já que entendemos que a região de Feira de Santana não deve e nem pode ser entendida como um espaço isolado que começa e termina dentro de seu entorno, mas sim, como uma região que esta conectada econômica, física e socialmente com os municípios do seu entorno e além, abrangendo níveis de interações local, regional, estadual e nacional, fortemente associada a sua malha rodoviária aliada à política rodoviária do país. Acredita-se que, ao se buscar reavaliar historicamente a evolução territorial do município de Feira de Santana, se possa melhor compreender as mudanças político-territoriais pelas quais passou o próprio país, sendo Feira de Santana o reflexo de uma conjuntura política nacional reinante em todo século XX.

**Palavras-chave:** Região; Município; Emancipação

## **INTRODUÇÃO**

Constituída pelas freguesias de São José das Itapororocas (sede), Sagrado Coração de Jesus do Perdão e Santana do Camisão, atual município de Ipirá. Sua denominação oficial era Arraial de Santa Anna da Feira, mas no decorrer do tempo, mudou várias vezes sua toponímia. No período desta divisão territorial, era denominada de Cidade Comercial de Feira de Santana, tendo adquirido este nome em 1873, quando a vila foi elevada à categoria de cidade.

Como se localizada numa região estratégica, Feira de Santana cresceu de forma rápida e desorganizada, em determinados momentos englobando o território de muitos municípios atuais e, em outros, retrocedendo seu território devido à emancipação de alguns de seus distritos. Descobrir como se estruturou e organizou o território de Feira de Santana ao longo do século XX não pode estar desvinculada da forma como se organizava e se estruturava o crescimento interno desta cidade, que na segunda metade do século XX, muda completamente sua visão econômica de grande centro comercial e agroexportador para pólo industrializado.

A região de Feira de Santana não deve e nem pode ser entendida como um espaço isolado que começa e termina dentro de seu entorno, mas sim como uma região que esta conectada econômica, física e socialmente com os municípios do seu entorno e vizinhança próxima, sendo essas relações ligadas fundamentalmente à sua localização e malha rodoviária. Se podemos, de alguma forma, pontuar o início deste processo, este pode ser ligado ao momento da descentralização da indústria do centro-sul, transferindo capital para o Nordeste durante a década de 60, se beneficiando de incentivos fiscais da SUDENE e do Banco do Nordeste.

Feira de Santana é, hoje, a segunda maior cidade da Bahia com aproximadamente 600 mil habitantes, desenvolvendo importante papel de ligação entre o sertão e o litoral baiano incluindo as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Favorecida por características naturais que ajudou à fixação de inúmeros núcleos familiares na região, como seu diversificado sistema de lagoas, sua história tem início como

importante entreposto comercial até se tornar um pólo regional industrial, seguida da oferta de serviços especializados como educação e saúde. (SANTO, 2011, p. 3)

## **FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA**

As divisões territoriais brasileiras não possuíam uma regra específica para sua implantação, e, historicamente, as divisões regionais eram realizadas segundo diferentes critérios, muitas vezes não explícitos, gerando constantes problemas como a falta de uma delimitação concreta ou gerando uma delimitação inconsistente, variável ou inverificável, que utilizavam como divisas a marcação de terras particulares ou de antigas circunscrições eclesiásticas, contraditórias face às condições geográficas. Muitas vezes estas divisões apresentavam uma extraterritorialidade, ora pela não contigüidade das sub-circunscrições, ora pela jurisdição sobre fazendas ou povoados “encravados” em outras circunscrições.

Para resolver esta situação irregular e conflituosa, o Governo Federal sancionou o Decreto Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que dispunha sobre a divisão territorial do país, estabelecendo os vários critérios os quais deveriam ser adotados a partir daí para quaisquer divisão territorial. Destas, destacaremos as mais importantes.

- O Artigo 2, apresenta que os municípios seriam compreendidos como áreas contínuas com um ou mais distritos, que poderiam se subdividir em zonas ordinárias caso fosse necessário. Este artigo possuía um único parágrafo, o qual determinava que estas zonas poderiam ter nomes especiais.
- O Artigo 3 dá à sede do município a categoria de cidade e confere a ela o nome do município o nome.
- O Artigo 8 define que os limites interdistritais ou intermunicipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizada apenas pela coincidências com divisas pretéritas ou atuais.
- O Artigo 10 estabelece que não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação.

- O Artigo 11 dispõe que nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbanos e suburbanos da sede onde haverá pelo menos trinta moradias.
- O Artigo 12 determina que nenhum município se instalarão sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias.
- O Artigo 15 define que as designações e a descrição de comarca, termo, município e distrito serão adotadas em todo a país, cabendo às respectivas sedes as categorias correspondentes e abrangendo os distritos que existiam somente na ordem administrativa ou na judiciária.

Na Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil do quinquênio 1939/1943, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em obediência a lei orgânica nº 311, de 2 de março de 1938, o Estado da Bahia aparece com 150 municípios e 549 distritos, incluindo as sedes dos municípios que, em acordo com a referida lei, adquirem a categoria de cidade e dão nome ao município (IBGE, 1940, p. 90),

Esta lei provocou profundas alterações no território baiano e principalmente no município de Feira de Santana, que adquire o termo de Riachão do Jacuipe, da comarca de Serrinha (IBGE, 1940, p. 91). Nesta época, Feira de Santana contava com nove distritos: Almas, Bomdespacho, Humildes, Ipuacu, Itacuruçá, Maria Quitéria, Santa Bárbara, São Vicente e Tanquinho. Nestas alterações, algumas mudanças toponímicas também ocorreram como o distrito de Remédio da Gameleira que passou a se chamar Ipuacu, Itacuruçá antigo Bonfim e Maria Quitéria antiga São José de Itapororócas.

No quinquênio 1944/1948, e já com a influência das divisões territoriais brasileiras que apontam o Estado da Bahia pertencendo à região Leste Setentrional, esta mudança não alterou a quantidade de municípios, apenas o número de distritos, passando então a ter quinhentos e cinquenta e quatro.

Seguindo esta linha de análise, as mudanças ocorridas na configuração territorial de Feira de Santana foram marcantes neste período. O distrito de Riachão do Jacuipe, que havia se desmembrado da comarca de Serrinha e sido incorporado à de Feira de Santana neste quinquênio, aparece como sede regional contendo três distritos: Candéal, Gavião e Ichú (IBGE, 1945, p. 34). Entretanto, não fica claro nos documentos

analisados quando essa separação ocorreu. O município de Feira de Santana aparece neste momento com os distritos de Anguera (ex- Almas ), Bomfim de Feira ( ex- Itacurussá), Humildes, Ipuacu, Jaguará (ex-Bomdespacho), Maria Quitéria, Pacatú (ex-Santa Bárbara), Tanquinho e Tiquaruçu (ex -São Vicente).

No ano de 1949, devido a problemas nas divisões territoriais dos estados do Piauí, Ceará, Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, além de todos os territórios, exceto o de Fernando de Noronha, o IBGE elaborou uma publicação preliminar em 30 de setembro de 1949, com a proposta de, logo que possível, lançar uma nova publicação para o quinquênio 1949/1953.

Nesta publicação preliminar, a Bahia aparece contendo a mesma quantidade de municípios e distritos, demonstrando que sua organização territorial não alterou a quantidade destes. Neste período o município de Feira de Santana não apresentou mudanças em sua organização territorial que continuou a mesma, incluindo as nomenclaturas modificadas no quinquênio 1944/1948. Vale salientar que, neste momento, a Bahia ainda não tinha fixado seus territórios para o quinquênio 1949/1953.

Para que fosse possível uma promulgação do volume quinquenal da Divisão Regional do Brasil, foi necessária uma interrupção temporária de novas circunscrições, pois, somente assim, seria possível fazer uma coleta de dados com base numa divisão territorial estável (IBGE, 1951, p. 07). Neste período o Brasil constava com 26 unidades políticas, vinte estados, cinco territórios e o Distrito Federal.

Num resumo das divisões territoriais anteriores, a revista Divisão Territorial do Brasil de 1950, demonstra uma discrepância entre este resumo e os dados apresentados na mesma publicação referente ao ano de 1949, que mostra a Bahia com quinhentos e cinquenta e quatro distritos enquanto no resumo de 1950 ela aparece com quinhentos e cinquenta e dois se mantendo com esta quantidade durante todo referente ano.

Na referida publicação de 1951, a Bahia se mantém com cento e cinquenta municípios e quinhentos e cinquenta e dois distritos, mantendo o município de Feira de Santana com a mesma configuração apresentada na publicação anterior, situação que irá se manter na publicação realizada em 1953.

Na segunda metade de 1955, foram incorporados ao quadro territorial do país 27 municípios e 106 distritos. A Bahia, que na data em questão pertencia à região Leste, aparece com 170 municípios, tendo um aumento de 20 municípios entre 1953 e 1955. Este aumento também aconteceu com seus distritos que passou de 552 em 1953 para 667 em 1955 (IBGE, 1955, p. 09), significando um aumento de 125 distritos. O município de Feira de Santana adquire com esta nova configuração do território baiano, o distrito de Jaíba, criado em 30 de dezembro de 1953. Com a inclusão deste último, o município de Feira de Santana passa a contar, ao todo, com dez distritos, além de sua sede.

Na organização territorial de 1957, a Bahia aparece com um município a menos, devido ao município de Igaporã ter sido extinto em fevereiro de 1957, pelo Supremo Tribunal Federal, deixando o Estado agora com cento e sessenta e nove municípios, fato que muda em 1959 com a criação de vinte e cinco municípios que são somados ao cenário estadual baiano, deixando-o com cento e noventa e quatro municípios. Nos documentos analisados de 1957 e 1959, as subdivisões regionais não foram encontradas estes dados só serão evidenciados na revista de 1960 que aponta inúmeras alterações na composição municipal de varias unidades da federação (IBGE, 1959, p. 86).

Na revista do quinquênio de 1960, a Bahia aparece com 194 municípios e 481 distritos, mostrando, além do acréscimo de vinte e quatro municípios, mais quatro distritos incorporados ao Estado entre 1955 e 1960. Destes, Tanquinho, distrito de Feira de Santana, se emancipou, elevando-se à categoria de município em 1958, passando Feira de Santana então, a ser composto por nove distritos (Anguera, Bomfim da Feira, Humildes, Ipuacu, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria, Pacatu e Tiquaruçu) (IBGE, 1961, p. 07).

O Conselho Nacional de Estatística já apontava em 1963, um crescimento incontrolável das divisões administrativas dos Estados e Municípios, configurando um quadro crescente no cenário nacional. Neste processo, no período compreendido entre 1960 e 1963, foram criados mil quatrocentos e cinquenta e quatro municípios e mil e oitenta e cinco distritos. Período em que o número de municípios e distritos baianos deu um considerável salto passando de 194 municípios e 681 distritos em 1960, para 336 municípios e 688 em 1963 (IBGE, 1965, p. 11). Feira de Santana sofreu especial mudança em sua configuração municipal com os distritos de Anguera e Pacatú (esta

última tornando-se então Santa Bárbara), sendo elevados à categoria de municípios, ambos se separando do município de Feira de Santana em novembro e dezembro de 1961 respectivamente (IBGE, 1961, p. 17-18).

Através de mandados de segurança, foram extintos dois distritos na Bahia: São Roque do Paraguassu (Maragogipe) e Ubaraitá (Andaraí) nos anos de 1962 e 1963 respectivamente, sendo que, estes mandados foram posteriormente revogados (IBGE, 1965, p. 40). Neste período, o município de Feira de Santana passou a englobar no seu território, a sede e mais sete distritos. Desta forma, a Bahia apresentou 150 municípios em 1950, 170 em 1955, 194 em 1960 e 336 em 1963. Este quadro irá manter-se até 1968, após a Bahia ser incorporada a região Nordeste. Assim, em 1970, o município de Feira de Santana fica constituído por sua sede e mais sete distritos apresentando a partir daí, sua configuração territorial atual.

Entre 1964 e 1979 a Bahia não sofreu alterações em seu número de municípios, apenas em 1965 perde um de seus municípios recuperando-o em 1966. Houve apenas a criação de dois distritos, passando estes a serem 690, embora a Bahia tivesse um de seus distritos não instalado o que a deixou com 689 distritos no final do ano de 1979 (IBGE, 1980, p. 4). O município de Feira de Santana não sofreu alteração em sua configuração territorial mantendo seus sete distritos além da sede do município.

Na revista de Divisão Territorial do Brasil publicada em 1984 foram apresentadas as variações ocorridas entre 1979 e 1983. Um importante dado é a transferência de três sedes municipais devido à construção da barragem do Sobradinho (Casa Nova, Remanso e Santa Sé) (IBGE, 1984, p. 29), além da criação, mas não instalação, de trinta e dois distritos e algumas mudanças toponímias, porém nenhuma destas mudanças mudou a configuração do município de Feira de Santana.

## **A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA**

Internamente a cidade de Feira de Santana teve inúmeros problemas de planejamento e gerenciamento que favoreceram um crescimento desordenado e

descontrolado num primeiro momento concentrado dentro do Anel de Contorno e progressivamente pulverizado para áreas marginais. Contudo este desenvolvimento não se estendeu a seus distritos concentrando todos os investimentos na sede municipal entre 1965 e 1979, o que lhe auxilia a conservar seu número de distritos e só então a se preocupar com seu desenvolvimento interno.

Ao longo dos últimos trinta anos Feira de Santana teve quatro planos diretores de seu crescimento, foram eles:

1968 – Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI instituído no governo Joselito Falcão da Silva e financiado pelo Ministério do Interior.

1990 – Revisão do PDLI (Instituído);

2000 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana – PDDU (Não Instituído); elaborado no governo de Claiton Costa Mascarenhas e financiado pelo Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana.

2006 – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Feira de Santana – Projeto de Lei – Revisão do PDDU (Em fase de Instituição, baseado no anterior).

Em 2000 o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (PDDU) elaborado num contexto muito diferente do PDLI e com uma cidade muito maior, agora com aproximadamente 450.000 habitantes, o PDDU foi elaborado utilizando tanto a mobilização quanto a participação da sociedade em geral através de reuniões com os diversos segmentos da sociedade feirense como, empresários, associações de bairro, profissionais liberais, funcionários públicos e vereadores municipais que se reuniram para discussões sobre uso e ocupação do solo, questões ambientais, política administrativa e finanças públicas além da gestão do plano.

Para sua elaboração o PDDU utilizou algumas etapas que segundo Santo (2011) foram:

[...] fotointerpretação de fotografias aéreas na escala 1:8.000 (1992 e 1998), e imagens de satélite LANDSAT (1995), escala 1:100.000; espacialização das informações obtidas tendo como base de análise os bairros da Cidade (divisão político-administrativa da sede municipal proposta pela Prefeitura); elaboração de mapas temáticos; elaboração de diagnósticos específicos; e por fim, análise interdisciplinar dos resultados. Além das vinte reuniões públicas. (SANTOS, 2011, p. 9-10)



Estes trabalhos geraram para a cidade uma proposta de melhoria em três níveis uma na economia estadual, nacional e internacional, em seguida uma aproximação de suas relações com a macrorregião de Salvador, e, por último, fatores que articulam com as outras etapas e que rearticulam as áreas urbanas do município com a participação da comunidade.

Contudo, partes importantes do PDDU foi negligenciada como seus custos e responsáveis por sua execução. Neste sentido SANTO (2011, p. 11) destaca:

Quanto aos projetos da Prefeitura Municipal de Feira de Santana os técnicos concluíram que “não existe um projeto público articulado de desenvolvimento urbano para Feira de Santana [...] O conjunto dos projetos não traz uma orientação única no sentido de, por exemplo, reforçar o papel de centro regional-comercial da cidade ou viabilizar outra estratégia qualquer. (PMFS, 2000 apud SANTO, 2011, p. 11)

Feira de Santana mesmo com seu relativo desenvolvimento no setor industrial continua se sobressaindo no setor comercial e de serviços, enfatizados pela peculiaridade de ter tanto o comércio varejista como o atacadista fortalecidos. A questão da ocupação do solo sofreu poucas mudanças do PDLI para o PDDU, que tem outros pontos para serem comparados, pois um foi elaborado num período ditatorial, que defendia um estado com lideranças locais capazes de nos proteger do jugo internacional, sendo responsabilidade do Estado manter o bem estar social, em contrapartida o PDDU tem um caráter muito mais neoliberal partindo da idéia de uma população instruída e com forte organização de classe, fator que não passa de uma ilusão, pois todo o processo não passa de uma realização dos desejos da elite feirense.

Os dois planos se diferenciam também em sua elaboração teórica, de modo que o PDLI se baseou nas Zonas Fisiográficas enquanto o PDDU na Macrorregião de Salvador. Neste pensamento o PDLI agiu de forma teórica entendendo o Estado como agente regulador que asseguraria a estabilidade do mercado e impulsionaria o desenvolvimento social e econômico, em contraste com o pensamento neoliberal do PDDU defendendo a liberdade do mercado, o fim do intervencionismo e autoritarismo, além da extinção da burocratização.

## CONCLUSÃO

Desta forma a tanto a região quanto a cidade de Feira de Santana vão sofrer influências dos cenários federal e estadual ao longo de sua história e formação que irão agir diretamente em sua estrutura espacial. Neste sentido tanto as leis quanto a política e a economia terá rebatimentos importantes no Brasil, como a emancipação de inúmeros distritos e posterior transformação destes em novos municípios.

Nestas alterações do número de municípios esta o notável aumento destes no estado da Bahia entre 1959 e 1963 período em que no cenário nacional esta havendo uma política de descentralização da indústria do centro sul para zonas mais marginais do país, como o Nordeste, e a influência destas idéias em Feira de Santana, uma cidade de fortes raízes comerciais e de serviços e que após 1970 consegue estabelecer um parque industrial e reverter um quadro de emancipação distrital que vem ocorrendo em seu município concentrando os investimentos e recursos em sua sede e adquirindo força política suficiente para manter seus distritos agregados ao seu município.

Nesta conjuntura a cidade de Feira de Santana com notáveis problemas de gerenciamento e organização de seu crescimento não conseguiu homogeneizar seus investimentos criando, mesmo porque teve notáveis problemas na elaboração de seu plano diretor, e, assim, criando pólos mais desenvolvidos e áreas marginais carentes de investimento e infraestrutura.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil:** Brasil 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil:** Brasil 1945. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil:** Brasil 1951. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil:** Brasil 1955. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil:** Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil:** Brasil 1961. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil:** Brasil 1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil:** Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil:** Brasil 1984. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

SANTO, Sandra Medeiros; SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig; FERNANDES, Rosali Braga. Planejamento Urbano De Feira De Santana (Ba): Comparação Entre Os Planos Diretores De 1968 e 2000. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre 2011 p. 1-17.